

EDITORIAL

Zulmar Fachin

Doutor em Direito Constitucional (UFPR). Mestre em Direito (UEL). Mestre em Ciência Política (UEL). Bacharel em Direito (UEM). Licenciado em Letras (Unicesumar). Professor na UEL e no Programa de Doutorado e Mestrado em Ciência Jurídica na Universidade Cesumar - Unicesumar. Coordenador do Mestrado Profissional em "Direito, Sociedade e Tecnologias" da Escola de Direito das Faculdades Londrina. Membro eleito da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Presidente do IDCC - Instituto de Direito Constitucional e Cidadania. Pesquisador do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. Bolsista Produtividade em Pesquisa do ICETI. Editor Chefe da Revista do IDCC. Editor Chefe da Revista Direito & Paz. *Orcid*: <https://orcid.org/0000.0001.5514.5547>. *E-mail*: zulmarfachin@uol.com.br.

Grasiele Augusta Ferreira Nascimento

Pós-doutora em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra/Ius Gentium Conimbrigae (2014); Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). Diretora Operacional do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, unidade de ensino de Lorena/SP. Coordenador da Comissão de Internacionalização do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Integra a Comissão de Educação em Direitos Humanos do CONDEPE (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana/São Paulo). Editora Chefe Adjunta da Revista Direito & Paz (UNISAL) e da Revista Pensamiento Jurídico Central (Universidad Central de Chile). *Orcid*: <https://orcid.org/0000-0002-8813-4534>. *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/6018912730948860>.

É com imenso júbilo acadêmico que levamos ao público mais uma edição da revista científica Direito & Paz. Ela contém quinze artigos produzidos em coautoria com professores doutores vinculados a diversos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* localizados em vários estados da Federação.

A revista contém quinze artigos, sendo um estrangeiro (Portugal) e catorze nacionais. Os artigos de autores brasileiros obedecem a uma equilibrada distribuição geográfica, abrangendo oito Estados e o Distrito Federal: Rio Grande do Sul (01), Santa Catarina (01), Paraná (03), São Paulo (02), Sergipe (02), Mato Grosso do Sul (01), Rio de Janeiro (03) e Distrito Federal (01).

Débora Bós e Silva e Cleide Calgaro trazem importantes reflexões acerca dos organismos geneticamente modificados, em face da biossegurança no Brasil. As autoras tratam do tema com especial análise da Lei Federal n. 11.105, de 24 de março de 2005.

Lucas Corrêa dos Santos e Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza tecem considerações sobre o enquadramento nacional e a cultura digital em relação à proteção de dados pessoais. O tema ganha releve, especialmente em razão da aprovação da LGPD (Lei n. 13.709, de 13 de agosto de 2018) e do reconhecimento pelo STF, em 2020, de um direito fundamental à proteção de dados pessoais, com posterior aprovação da EC 115, de 20 de fevereiro de 2022, que elevou esse direito a status formal na Constituição Federal (art. 5º, inciso LXXIX).

Marcus Geandré Nakano Ramiro, Jéssica Fachin e Clara Carrocini Tamaoki tratam da docilidade das mentes e a ameaça à integridade psíquica, tema desenvolvido na perspectiva das técnicas de poder, em face do desenvolvimento da sociedade digital.

Adrielly Letícia Silva Oliveira e Irineu Francisco Barreto Júnior tratam das implicações recíprocas entre liberdade midiática e dignidade da pessoa humana. A análise abrange a decisão do Supremo Tribunal Federal acerca do Tema 786.

Priscila Caneparo dos Anjos e Giselle Karolina Gomes Freitas ingressam no tema, sempre íngreme, do multiculturalismo, autodeterminação dos povos e jusdiversidade. O texto reconhece que se está diante de um dos temas mais densos do século XXI.

Andréia Garcia Martin, César Augusto Zacheo e Tainá Fagundes Lente dedicam estudo à prática do racismo organizacional e da constitucionalização das responsabilidades das sociedades empresárias.

Tiago Resende Botelho e Bianca Cavalcante Oliveira trazem à baila o tema ímpar relativo ao confinamento de mulheres indígenas encarceradas no Sul de Mato Grosso do Sul, cotejando a necessidade de proteção e a imposição da pena privativa da liberdade.

Magno Federici Gomes e Daniel Brasil de Souza retomam o estudo do mandado de injeção, criado pela Constituição brasileira de 1988, concebendo-o como instrumento de garantia de sustentabilidade dos processos de regularização fundiária.

Anna Carolina Cunha Pinto e Carla Appolinário de Castro mostram como o passado de desigualdades revelou-se atual na sociedade brasileira, tendo em vista o tempo pandêmico. Retomam o velho tema relativo às desigualdades entre negros e brancos no mercado de trabalho do nosso País.

Amanda Valéria Cruz Correia, Raquel Mercedes Motta Xavier e Carlos Renato Cunha enfrentam tema que ainda merece muitos estudos, ou seja, a tributação das big techs e a possibilidade de planejamentos tributários agressivos. Além de abordagem teórica, os autores estudam o caso concreto envolvendo a Apple.

Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues, Sara Vieira de Oliveira e Vinícius Gama, a partir da função social das cidades, evidenciam os impactos da expansão urbana no Município do Rio de Janeiro, tendo em vista o interesse econômico.

Rodrigo Amorim Picazio, Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches e Irineu Barreto Júnior abordam o tema da exclusão digital na sociedade da informação e a necessidade de exercício da cidadania.

Rennan Gonçalves Silva, Lucas Gonçalves da Silva e Karen Thaiany Puresa de Oliveira Silva tomam por base o princípio da publicidade para analisar o impacto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais na legitimidade dos atos judiciais.

Marco Aurélio Marrafon e Marina Giovanetti Lili Lucena dissertam sobre a transparência e o controle de conteúdo em redes sociais em face do direito fundamental à liberdade de expressão. Analisam o caso concreto relativo ao Oversight Board no Facebook (Meta).

Fábio Fernandes Neves Benfatti, Fernanda Lemos Zanatta e Vinícius Fachin procuram definir a natureza jurídica das telecomunicações no Brasil, abordando suas relações diretas com a União, na perspectiva de prestação de serviço público

Os editores expressam profunda gratidão a cada pesquisador(a) que colaborou para que a revista pudesse ser publicada, estendendo esse agradecimento aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* aos quais eles(as) estão vinculados.

Lorena (SP), junho de 2022.